

QUAL O LUGAR DA GEOGRAFIA FÍSICA NO NOVO ENSINO MÉDIO? UMA ANÁLISE DA REFORMA EDUCACIONAL DE 2017

Maria Natana dos Santos Araújo¹
Ivanalda Dantas da Nóbrega²

RESUMO

A educação vem passando por diversas transformações ao longo do tempo, assim como a Geografia enquanto disciplina escolar. Todavia, nem sempre essas mudanças são de fato positivas para o objetivo inicial educacional que se dá na formação do ser em sua plenitude. O presente estudo possui como objetivo geral identificar os desafios impostos pela Reforma do Ensino Médio de 2017, frente ao ensino da Geografia, e nela, a Geografia Física, buscando compreender qual será o espaço da Geografia refletindo acerca dos possíveis infortúnios dessas mudanças para a formação cidadã no Brasil. A pergunta que norteia este artigo é: Qual o lugar da Geografia Física no novo Ensino Médio? Diante de tantas evoluções positivas no âmbito educacional que o país atravessou, os resultados desta pesquisa apontam que o novo Ensino Médio se mostra um retrocesso na política educacional, em especial defasando o ensino das áreas das ciências humanas, que perdem seu espaço e até a posição de disciplina obrigatória no currículo, a Geografia está posta como mera conceituação de seu objeto de estudo, apresentando a Geografia Física como um dos seguimentos afetados, estando reduzida sua carga horária e, por conseguinte a possibilidade de ampliação dos debates em torno de seus conceitos e categorias, especialmente, no 1º Ano do Novo Ensino Médio.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio, Ensino de Geografia, Geografia Física.

1. INTRODUÇÃO

É fato que a ciência geográfica e a disciplina de Geografia são indispensáveis a formação na Educação Básica desde a sua institucionalização enquanto disciplina escolar na década de 1930, em razão de sua importância na formação crítica do indivíduo enquanto cidadão (PESSOA, 2007). Neste cenário, o ensino da Geografia vem sofrendo diversas modificações ao longo dos anos, devido ao avanço significativo das tecnologias, do crescimento populacional e, nas diferentes formas de socialização, que transformam o espaço em que o indivíduo vive.

Por conseguinte, torna-se pertinente discutir sobre o papel da Geografia na formação do indivíduo e sua construção social; uma vez que esta contribui significativamente para a

¹ Licenciada em Geografia. Mestranda em Geografia pelo PROFGEO, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

² Professora Adjunta III do curso de Licenciatura em Geografia, Unidade Acadêmica de Geografia (UAG), Centro de Humanidades (CH), UFCG. Orientadora da primeira autora. Docente do PROFGEO UFCG.

formação de um agente social crítico, capaz de reconhecer e principalmente, ocupar seu lugar na sociedade, de modo, a saber, seus direitos e deveres, exercendo assim sua cidadania de forma plena.

A Geografia está presente na formação educacional do indivíduo desde o Ensino Infantil, momento em que se trabalha o lugar em que a criança mora e sua percepção deste espaço, conceitos básicos de lateralidade, direções, entre outros aspectos. Tais noções vão sendo aprofundadas ao longo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, porém, é fato que muitas vezes os conteúdos geográficos são negligenciados nessa etapa de ensino, por vários fatores, a exemplo da falta de conhecimento do professor - que nesta modalidade é caracterizado por um único profissional que leciona as disciplinas de todas as áreas do saber - da escassez de material de apoio, da redução de carga horária por ocasião do Novo ensino Médio, por vezes da ausência de professores ou de professores com formação específica, dentre outros.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a Geografia passa a ter mais espaço na organização curricular de conteúdos escolares, demandando um professor específico para a disciplina e ofertando para o estudante conceitos e noções geográficas fundamentais para a compreensão do mundo à sua volta, conteúdos no que se pode chamar de Geografia e suas áreas de aprofundamento, a exemplo da Geografia Física e Geografia Humana.

Destaca-se a Geografia Física como sendo “o estudo da epiderme de um ser único: a Terra” (BIROT, 1959, p.1), ou seja, a parte da geografia que se dedica aos estudos dos fenômenos e características naturais do Planeta, a exemplo de sua origem, clima, relevo, camadas internas e externas, hidrografia dentre outros. A Geografia Humana, por sua vez, “consiste em elucidar as relações entre o homem e o meio, a partir do ângulo espacial” (SORRE, 2003), desta forma, ocupa-se em analisar as ações e relações do ser humano no espaço em que vive, bem como refletir acerca da cultura produzida e reproduzida ao longo do tempo, de forma crítica e consciente sobre a realidade a ele imposta.

Na etapa de escolarização do Ensino Médio, o estudante, já com base formada oriunda do Ensino Fundamental acerca de noções geográficas, irá aprofundar-se nos conteúdos na medida em que avançam os anos letivos, na construção da sua capacidade crítica enquanto integrante de uma sociedade dinâmica e construída, histórica e socialmente.

A educação no Brasil, desde o período Colonial, é tida como instrumento de poder, ofertada aos descendentes da aristocracia e excluindo o filho do trabalhador, advindo das classes subalternas. Ao longo do tempo, vem passando por várias mudanças, acompanhando o surgimento de novas correntes de conhecimentos, ideologias, avanços informacionais e

tecnológicos, sendo marcada por avanços e retrocessos nesse percurso (SANTOS, 2010). Desta forma, a evolução do Ensino Médio enquanto modalidade educacional também acompanhou essas mudanças, e recentemente, em 2017, foi alvo de mais uma reforma, vista por muitos pesquisadores da educação como retrocesso, além de trazer grandes preocupações por parte dos geógrafos, pois abre a possibilidade de os profissionais do “notório saber” lecionarem, e “a supressão (da Geografia) como disciplina obrigatória” (FARIAS, 2020) no Ensino Médio.

Nesta perspectiva, o presente estudo possui como objetivo geral identificar os desafios impostos pela Reforma do Ensino Médio de 2017, frente ao ensino da Geografia Física, buscando compreender qual é o espaço da Geografia e refletir sobre os possíveis infortúnios dessa mudança na formação dos educandos.

METODOLOGIA

Para realização deste estudo foi utilizada a revisão bibliográfica a partir de textos, artigos e leis relacionados ao tema da pesquisa, seguido da escolha dos que mais se aproximavam do debate pretendido, sendo realizada uma análise qualitativa de dados coletados, reflexões a respeito dos dados e construção de linha de pensamento tendo como base as informações levantadas. (GIL, 2002)

2. 4.O ESPAÇO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA

O homem sempre carregou consigo a preocupação em compreender o espaço em que habita. Estes buscavam através da caça, pesca e agricultura o sustento, além de uma relação direta com a natureza, inconscientemente uma interação com a Geografia. Esses povos ao recorrer a natureza e aos seus espaços, meios de sobreviver, adquiriam conhecimento acerca do meio em que habitavam, seja pelo processo migratório, características de clima, solo, pluviosidade, etc.; os diversos conhecimentos empíricos contribuíram para o entendimento dos fenômenos geográficos.

Na Grécia antiga surgem os primeiros registros do pensamento geográfico, tendo entre os principais contribuintes Aristóteles, dentre outros filósofos que esboçaram a exploração da geografia enquanto ciência e filosofia. Os primeiros desenhos cartográficos foram registrados pelos Romanos, conforme exploravam novas terras e incluíam distintas técnicas para representá-las.

A sistematização da geografia em disciplina dar-se de forma gradativa e por meio de fatores distintos em um contexto histórico de desenvolvimento social, acompanhando o desenvolvimento do pensar filosófico científico, sendo na Europa com Ratzel, Ritter, e La Blache que os conhecimentos geográficos ganham maior ênfase perante a comunidade científica além dos estudos de Alexander Von Humboldt, Geólogo, Botânico e naturalista alemão, que direciona e sistematiza o saber geográfico como ciência organizada, tornando possível, a partir do século XIX sua inserção nas universidades como ciência, surgindo assim a Geografia Moderna.

No Brasil a geografia vai ter sua “institucionalização no currículo prescrito oficialmente em 1837 para o "Imperial Collegio de Pedro II", (ROCHA, 1998, pag.1) com o objetivo inicial de ofertar aos filhos da elite brasileira conhecimentos necessários ao ingresso no ensino superior fora do país, posteriormente, quando os interesses da classe dominante já estavam consolidando-se, a geografia toma novos rumos, sendo então utilizada como instrumento para o controle social, disseminando o nacionalismo e uma visão patriótica, que seguem até o século seguinte, por volta da década de 1940, quando eclodem os movimentos dos já citados neste trabalho, Pioneiros da Educação, trazendo novos questionamentos acerca do papel da escola, onde será defendida sua oferta gratuita, com qualidade e para todos.

Ao longo do século XX, a geografia passa a integrar o rol de disciplinas obrigatórias no ensino, estando presente no ensino fundamental e médio, com o objetivo de formar no aluno a tão necessária compreensão de mundo, do espaço geográfico, da relação do ser humano com o meio onde vive e sua transformação por meio do trabalho. Cabe destacar que nesse mesmo período, vem crescendo o desenvolvimento científico da geografia física e da geografia humana, porém sem muita interligação, pois os grupos de geógrafos que seguem, uma e outra, participam de eventos próprios de cada área e não se dedicam a pesquisar o construto científico do outro grupo. (AFONSO e ARMOND, 2009)

Essa dicotomia que ora vemos na escola, dar-se-á como reflexo ao que sucedeu no campo acadêmico, onde a Geografia Humana desfrutou de enfoque especial ao longo do tempo, fruto dos fatos histórico-sociais, especialmente da época da ditadura no país. Como forma de reação a essa característica dos eventos acadêmicos e científicos, os pesquisadores do meio físico se afastaram, criando eventos com enfoque na geografia física, bem como periódicos e espaços próprios para a geografia física, o que fica mais claro a partir das décadas de 1970 e 1980, como destaca LATUF, (2007).

A década de 1990 vai ser marcada pelas discussões e elaboração dos PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, que tem como objetivo, nortear a prática da geografia escolar e tentar diminuir essa dicotomia dentro da disciplina, destacando a importância de se trabalhar de forma integrada a geografia física- denominada natureza- e a humana- denominada sociedade-, desta forma, Lê-se nos PCN: “No ensino, professores e alunos deverão procurar entender que elas (natureza e sociedade) constituem a base material ou física sobre a qual o espaço geográfico é construído e transformado” (BRASIL - 1998, p. 115). Buscando assim a construção do pensamento crítico social integrado à compreensão do meio natural. (SALGADO, 2011, pág.03).

Desta forma percebe-se que “a Geografia escolar brasileira é um construto histórico.”(ROCHA, 1998, pág.1), fruto de lutas de educadores e pensadores da educação, assim como, influenciada por questões sócio políticas.

3.A EVOLUÇÃO DA PROPOSTA DO ENSINO MÉDIO E O LUGAR DA GEOGRAFIA ESCOLAR

No Brasil, a educação surge em meados do Século XVI, atrelada às ações dos jesuítas na busca inicial da catequização dos povos nativos e, posteriormente, na oferta de possibilidade de estudos para os filhos dos aristocratas da época; permanecendo nessa configuração dualista, por pelo menos 200 anos, até que ocorre a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas Colônias pela Coroa Portuguesa, no início do século XVIII, deixando um vazio nesse campo por quase um século (SANTOS, 2010). Sobre o Ensino Médio, o autor menciona que:

No início do século XIX praticamente não existia educação formal no Brasil. Vários estabelecimentos de ensino secundário (o equivalente hoje ao ensino médio) foram fechados com a expulsão dos jesuítas. Cabe ressaltar que esses estabelecimentos não chegaram a vinte nesse período. O fechamento desses acabou atingindo os filhos das classes dominantes.

Nesse contexto, a educação brasileira, assim como o ensino secundário (atual Ensino Médio), segue desde o seu surgimento com um caráter elitista, configurando-se como uma oferta de ensino para os filhos das classes dominantes, e propedêutico, ou seja, apenas um estudo introdutório a respeito das principais áreas do saber, que os preparavam para o ensino superior no exterior. Essa configuração deixa explícito que a educação formal era um instrumento de poder e domínio para quem o detinha. (KUNZ E PACHECO, 2014), uma vez

que servia para manter o controle social, já que as classes exploradas eram excluídas da possibilidade de aquisição do saber.

Destaca-se como um dos principais marcos da evolução educacional brasileira, a criação do Ministério da Educação, na década de 1930, no governo do então presidente da República, Getúlio Vargas: “Era a primeira vez que uma reforma atingia profundamente a estrutura do ensino e, o que é importante, era pela primeira vez imposta a todo o território nacional. Era, pois, de uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação” (ROMANELLI: 1990, p.131).

Pela primeira vez, havia um órgão próprio para regular a atividade educacional no país e unificar a oferta de ensino. A Reforma Francisco Campos, de 1932, consolida o currículo seriado, a frequência obrigatória, o ensino em dois ciclos: Fundamental - com duração de cinco anos- e Complementar -com duração de dois anos- além de ser caráter obrigatório a habilitação neles para ingressar no Ensino Superior (KUNZ E PACHECO, 2014). Posteriormente, é promulgada, a Lei Orgânica do Ensino Secundário (decreto-lei 4.244/42 – BRASIL: 1942) que vem extinguir os cursos complementares, sucedendo-os por cursos médios de 2º ciclo, que ficaram conhecidos como cursos *Colegiais*, Clássico e Científico, com duração de três anos visando habilitar os estudantes para o Nível Superior (KUNZ e PACHECO, 2014).

Durante muito tempo, inclusive já na primeira metade do século XX, o ensino médio ficou restrito aos estabelecimentos como os liceus, nas capitais dos estados, voltados para a educação masculina e as escolas normais que visavam a educação feminina, além do Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro. Eram escolas reservadas às elites burocráticas e latifundiárias. (SANTOS, 2010)

Nesse período o Ensino Médio seguiu com seu caráter dualista, uma vez que as salas de aula desta etapa de ensino eram ocupadas pelos filhos das elites. Já a parcela populacional advinda das classes subalternas, buscavam o Ensino Técnico, pois necessitavam desenvolver habilidades de forma rápida para adentrar no mercado de trabalho e, desta forma, não podiam cursar o Nível Superior, pois para tal era exigência ter o Ensino Secundário integral. Essa reflexão demonstra que “a educação nunca é neutra nem apolítica, pois envolve interesses que extrapolam o âmbito escolar” (GONÇALVES, 2005, p.13).

Nesta mesma época vai eclodir o movimento conhecido como Os Pioneiros da Educação, que defendiam a escola pública, única e obrigatória, liderado por educadores, insatisfeitos com a conjuntura socioeconômica do País nesse período, levantam discussões

acerca do caráter político da educação e, da possibilidade de que seja ofertada uma educação de qualidade para toda a população, sem distinção de gênero, raça ou classe social, propondo ainda que a educação é um dos caminhos para o desenvolvimento do País (MENESES, 2001).

Desta forma, os debates e reflexões seguem junto às mudanças sociais e políticas que o país enfrenta, sobretudo, nas duas décadas seguintes, e em 1961, é sancionada a Lei nº 4.024, também conhecida como a primeira lei de diretrizes e bases da educação, que trouxe em seu título VII que “a educação de grau médio, em prosseguimento a ministração na escola primária, destina-se à formação de adolescente”. Posteriormente, em 1996, é aprovada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL: 1996), que reorganiza a oferta de ensino, e determina a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que vão nortear os Parâmetros do Ensino Fundamental e Médio (SANTOS, 2010).

4.A REFORMA DO ENSINO MÉDIO DE 2017 E SEUS DESAFIOS

Como já exposto ao longo deste trabalho, a educação passou por várias transformações ao longo da história, sendo a LDB de 1996 (BRASIL: 1996), um marco na oferta educacional brasileira, com avanços significativos para uma oferta de educação de qualidade à população. Porém, recentemente, em meio ao “golpe parlamentar/judiciário/midiático de 2016” (FARIAS, 2020, pág. 01) esta lei foi reformulada pela Lei 13.415/2017 (BRASIL: 2017), instituindo o ‘Novo Ensino Médio’ e trazendo consigo mudanças profundas nos rumos desta etapa de ensino, e principalmente na Geografia Escolar.

A referida lei, proposta sob a ótica do ultraneoliberalismo, e aprovada por meio de medida provisória, reformula o Ensino Médio trazendo como principais mudanças: o aumento da carga horária anual, de 800 horas em quatro horas e meia de aulas diárias, para gradativamente 1400 horas em sete aulas diárias, resultando em sistema integral de educação.

O currículo passa a ser dividido em disciplinas obrigatórias e itinerários formativos- que serão ‘caminhos do conhecimento’ que o jovem irá percorrer de acordo com a área de interesse em que deseja trabalhar ou estudar após a conclusão desta etapa de ensino. Faz-se necessário frisar que, as escolas públicas não têm recursos humanos e físicos estruturais para de fato ofertarem todas as trilhas previstas na lei, desta forma, os alunos destas não terão a

opção de escolha de fato, e sim, uma forma de obrigação de assumir o que a escola oferecer, (CASTILHO: 2017).

As disciplinas obrigatórias citadas na lei são: Matemática e Língua Portuguesa (Artigo 35-A, parágrafos 30 e 40). A Geografia deixa de ser disciplina e passa a estar integrada com História, Filosofia e Sociologia, no campo das Ciências Sociais, o que remonta a um retrocesso para uma disciplina de tamanha importância. (BRASIL, Lei 13.415, 2017).

No que tange aos conteúdos geográficos, a organização curricular do novo ensino médio apresenta uma redução significativa, e a maior redução ocorre nas temáticas físico naturais, que passam a se configurar como mera conceituação superficial dos fenômenos físicos, estando presente apenas no 1º Ano do Novo Ensino Médio. Cabe destacar, que neste Ano do Ensino Médio a antiga disciplina, aparece na grade curricular com duas aulas semanais e, nos 2º e 3 Anos diminui para uma aula semanal. Essa redução de tempo de estudo traz prejuízos imensuráveis na construção do saber geográfico, dificultando e, por vezes impedindo que se trabalhe a construção do conhecimento de forma mais consolidada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na escola, a geografia está presente enquanto disciplina escolar desde o ensino infantil até o ensino médio, como já exposto aqui, mas quando nos debruçamos nos conteúdos vivenciados, torna-se perceptível que a geografia humana se sobrepõe à geografia física de tal forma que, conteúdos relacionados ao meio físico encontram-se “fragmentados e tratados de forma superficial” (SOUZA E ALENCAR, 2019, pág.03).

Como já exposto anteriormente, as discussões e interações entre geografia física e humana não ocorriam e:

O resultado foi à consolidação de propostas curriculares de Geografia para os níveis fundamental e médio em que a abordagem é essencialmente socioeconômica e política. Os fenômenos naturais eram apresentados de modo simplificado e desarticulado dos processos socioeconômicos, passando frequentemente a ser tratados de modo secundário ou superficial, minimizando a possibilidade de desenvolver abordagens que pudessem levar à integração entre a sociedade e a natureza, sendo esta última fadada a uma compreensão de recurso, de “natureza-objeto” (LEROY & PACHECO, 2006) (AFONSO E ARMOND. 2009, pág. 03)

Como reflexo, tem-se que a produção dos livros didáticos, a formação de professores e as práticas pedagógicas na escola, tendem a repetir essas características e como resultado, os alunos formam-se com ausência do conhecimento mínimo necessário das temáticas físico-

naturais, sem compreender de fato o mundo à sua volta. (AFONSO E ARMOND. 2009, pág. 03)

Os principais obstáculos ao ensino de geografia física nas escolas brasileiras, estão postos em fatores diversos, entre estes a formação dos professores, que por vezes priorizam humanas em detrimento às físicas, e estes por falta de domínio dos conteúdos, trabalham a geografia física de forma superficial. Outro obstáculo se dá na qualidade dos livros didáticos, que trazem os temas de forma resumida, reduzindo-os a meros conceitos.

A maioria das escolas públicas também sofre com a escassez de materiais, o que acarreta em ainda mais dificuldade, pois nesse contexto, o professor só dispõe do seu saber para desenvolver o conhecimento relacionados a esse ramo da geografia- ou nem isso, pois existe a questão do professor que leciona a disciplina não ser formado na área, uma vez que a área de humanas (história e geografia) é quase sempre vista dentro da escola como complementação de carga horária, ficando com frequência a cargo do professor que tiver disponibilidade, e não formação na disciplina, desta forma não tem o conhecimento da área e em muitos casos “pulam” esses temas na sala de aula.

A falta de formação continuada reflete diretamente na prática dos professores, pois esses momentos proporcionam troca de experiências, reflexões acerca da vivência em sala de aula, além de proporcionar a absorção de novos conhecimentos que não foi possível na graduação ou que surgem após sua formação. Infelizmente esses momentos de estudos nem sempre são proporcionados, levando o docente a continuar, muitas vezes em práticas tradicionais e que não proporcionam ao estudante desenvolver todo seu potencial, interferindo na sua plena formação cidadã. (AFONSO E ARMOND. 2009)

O ensino de geografia física proporciona ao estudante a construção de seu conhecimento acerca dos fenômenos naturais, que com frequência estão presente em seu dia a dia, além de proporcionar, quando bem elaboradas, aulas atrativas, que despertam a curiosidade e levam o discente a construir seu conhecimento de forma prazerosa e concreta.

CONCLUSÃO

A implantação do Novo Ensino Médio trouxe uma grande perda para a educação brasileira, pois configura um claro retrocesso na oferta de ensino. A geografia deixa de ser disciplina e passa a ser uma mera área do conhecimento, diluída junto à outras, que o aluno pode ou não optar por estudar, o que trará para gerações de brasileiros um déficit no debate e compreensão de temas indispensáveis à vida adulta, a falta de uma visão crítica, a falta de

compreensão de política e relações de interesse, e o carência no conhecimento e compreensão dos fenômenos naturais no meio onde ele está inserido.

Essa mudança caracteriza-se ainda como reforço no abismo social do país, visto que a maior parte da população em idade escolar tem como única opção de estudo as escolas públicas, que irão ofertar o ensino com foco nas disciplinas de linguagens e matemática de forma resumida- pois também sofreram perda de carga horário-, e por limitações estruturais e de recursos humanos não podem dar o poder de escolha dos itinerários formativos de que a lei garante. por sua vez, a parcela da população que pode frequentar as escolas particulares terá tais escolhas, recebendo uma educação de melhor qualidade e mais completa.

Percebe-se também que assim como ao longo do século passado a geografia física permanece escanteada nas escola, reduzida a processo mnemônicos ainda menores, sem contextualização, sem enfoque nas temáticas físico-naturais, sem ser utilizada em toda sua potencialidade e importância de que dispões.

Nota-se por meio das reflexões aqui expostas que a geografia é uma disciplina fundamental no espaço escolar, que busca formar o cidadão em sua plenitude, levando-o a compreender o mundo em que está inserido e seu lugar de direito na sociedade. A geografia física é parte primordial nessa formação, e por vezes tem sido deixada em segundo plano.

A oferta do novo ensino médio traz grande retrocesso para a ciência geográfica, em especial a geografia física, que se vê perdendo ainda mais espaço, e reduzida a mera conceituação do espaço e dos fenômenos naturais, o que importa em grande prejuízo na formação do discente, pois este perde de construir uma compreensão de fato dos fenômenos naturais que ocorrem à sua volta, oportunidade que só lhe seria dada no espaço escolar, a construção do conhecimento, e esse prejuízo ele levará para a vida.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. E.; ARMOND, N. B. Reflexões sobre o ensino de geografia física no ensino fundamental e médio. In: **Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia**, 10, 2009, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: (Online), 2009, 10 p. Disponível em:< <http://www.cedipe.uerj.br/pdf/reflexoes-anice.pdf> >. Acesso em: Ago. 2022

BIROT, P. **Précis de Géographie Physique Générale. Librairie Armand Colin.** Paris, France. 1959. P.403.

BRASIL (País). **Secretaria da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais Para o Ensino Médio – Matemática.** Brasília: MEC, 1998

CASTILHO, D. Reforma do Ensino Médio: desmonte na educação e inércia do enfrentamento retórico. In: **Pragmatismo Político**. Disponível em <<https://www.pragmatismopolitico.com.br>. > Acesso em ago. de 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 4.244, de 9 de abril de 1942**. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em ago. 2022.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. A lei 13.415/2017 e o lugar da geografia escolar na estrutura curricular do Ensino Médio. In: **Revista Ensino de Geografia**. Recife-PE, v. 03, n. 2, 2020. Disponível em <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia/article/view/245116>> Acesso em ago. 2022

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 4.024/1961**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm> Acesso em ago. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em ago. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm> Acesso em ago. 2022.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. Disponível em <<https://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>> Acesso em ago. 2022.
GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. **Fundamentos Teóricos e Filosóficos da Educação Brasileira**. Curitiba: IBPEX, 2005.

KUNZ, M. S.; PACHECO, L. M. D. **Determinações históricas do Ensino Médio no Brasil: avanços, retrocessos ou desafios?** (2014)., disponível em <<https://eventos.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/4/2015/03/DETERMINA%C3%87%C3%95ES-HIST%C3%93RICAS-DO-ENSINO-M%C3%89DIO-NO-BRASIL-Avan%C3%A7os-retrocessos-ou-desafios.pdf>> Acesso em ago. 2022.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>> Acesso em 04 ago 2022.

PESSOA, R. B. **Um olhar sobre a trajetória da geografia escolar no Brasil e a visão dos alunos de ensino médio sobre a geografia atual**. 2007. 130p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

ROCHA, G. O. R. da. **A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837 -1942)**. 1996. 300 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996. <http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/12genyltonodilonregodarocha_geografianocurriculoescolar.pdf> Acesso em ago. 2022.

ROMANELLI, O. de O.; **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990

SANTOS, Rulian Rocha dos. **Breve Histórico do Ensino Médio no Brasil**. Bahia. 2010. Disponível em <<http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/rulianrocha.pdf>> Acesso em ago. 2022

SORRE, M. (2009). **A geografia humana (Introdução)**. *GEOgraphia*, 5(10). <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2003.v5i10.a13461>> acesso em ago. 2022

SOUZA, M. M. de; ALENCAR, L. L. B. de; **Geografia Física no Contexto Escolar: A Realidade em Três Escolas Públicas do Município de Poços de Caldas**. Sul de Minas Gerais. Disponível em <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/download/3264/3129/>> Acesso em ago. 2022.